



O TFG COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DESEJADO: CASO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Carlos Leonardo Sgari Szilagy
koriaraq@hotmail.com
Universidade de Passo Fundo

Maria Ângela Dias
magedias@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rosani Sgari
rosani@upf.br
Universidade de Passo Fundo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar comparativamente os temas desenvolvidos na disciplina de Trabalho Final de Graduação – TFGs, na Universidade de Passo Fundo - UPF/RS e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/RJ com vistas a suscitar o debate sobre a formação do perfil profissional a formar. Os resultados revelam que os posicionamentos parecem claros sob o ponto de vista prático, no desenvolvimento dos temas, quando o assunto é escolher o perfil a ser trabalhado dentro do TFG. Ambas têm a complexidade tecnológica e formal como eixo fundante no desenvolvimento e construção de seus TFGs. O que diferencia está centrado em variáveis características do processo formativo, ou seja, enquanto na UFRJ a complexidade tecnológica parece alavancar temas para questões sociais, na UPF ele é ponto de partida para resultados que talvez estejam mais a serviço de interesses de grupos específicos. Conclui-se que estabelecer um processo formativo através do TFG é um desafio; para além de um mero instrumento de trabalho, ele é um elemento formativo constitutivo central no processo de formação do aluno que convém identificar, avaliar e dissecar. Aspectos como inovação, criação e compromisso social devem fazer parte da resolução dos conflitos encontrados no ambiente construído, tanto quanto o grau de empregabilidade deste profissional.

Palavras chave: Ensino, Trabalho Final de Graduação, Arquitetura e Urbanismo, Perfil Profissional.

1. INTRODUÇÃO

Uma universidade de seu tempo e no espírito de sua época não pode mais centrar-se no modelo de escola que sustenta e desenvolver uma visão compartimentada, estanque, automatizada e utilitária do homem. Deve centrar-se na emancipação do homem através do desenvolvimento de suas potencialidades de autorreflexão. Claro está o grau de dificuldades encontradas pelos cursos de graduação, pela escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo e, pelo próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) na construção deste perfil profissional que requer, de antemão, a emancipação intelectual do Arquiteto e Urbanista na condição de observador e fazedor. Entre o pensar e o fazer; entre a teoria e a prática.

Os desafios e questões relacionadas ao mundo do trabalho do Arquiteto e Urbanista estão diretamente relacionados à sua formação profissional e, os desafios desta formação vão determinar o estilo e qualidade de vida dos cidadãos e suas cidades.

Tal interpretação da arquitetura direciona para uma reflexão a respeito da formação acadêmica do Arquiteto e Urbanista, em uma dicotomia de realidade que coloca o profissional em situações problema distintas. Como destaca SCHON (2000), “Na topografia irregular da prática profissional, há um terreno alto e firme, de onde se pode ver um pântano. No plano elevado, problemas possíveis de serem administrados prestam-se a soluções através da aplicação de teorias e técnicas baseadas em pesquisa. Na parte mais baixa, pantanosa, problemas caóticos e confusos desafiam as soluções técnicas. A ironia dessa situação é o fato de que os problemas do plano elevado tendem a ser relativamente pouco importantes para os indivíduos ou o conjunto da sociedade, ainda que seu interesse técnico possa ser muito grande, enquanto no pântano estão os problemas de interesse humano. O profissional deve fazer suas escolhas” (p. 15).

Esta interpretação nos faz navegar por pelo menos dois caminhos distintos. Um deles perpassa quase que exclusivamente o campo do interesse científico, isolado, tangível, afeto aos problemas tecnológicos, e o outro, ressalta as questões antropológicas, sociais, regionais, preocupada em solucionar problemas culturais e direcionado a resolução de conflitos sociais. Esta conformação induz as escolas de Arquitetura e Urbanismo a optarem por uma direção, e ao mesmo tempo, a se perguntarem, neste contexto, qual dos caminhos devo seguir?

Tal dicotomia conceitual tem levado a tomadas de posicionamento, como por exemplo, a opinião do atual presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, por ocasião da aprovação da proposta de alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Arquitetura e Urbanismo na 30ª reunião plenária, “muitos recém formados saem da graduação sem condições de atuar no mercado, sem o conhecimento básico de edificações, lembrando a necessidade de haver mais trabalhos finais de graduação voltados às grandes demandas da sociedade” e completa “precisamos repensar, por exemplo, a necessidade de um trabalho final de curso muito complexo, como estádios e hospitais. O aluno deve ter o conhecimento, mas o trabalho final precisa ser voltado para a realidade, o cotidiano, deve testar o sujeito para o que vai encontrar no dia-a-dia, aquilo que a sociedade realmente necessita” (CAU DCN, 2014, p.01).

Sua fala aponta para a formação do arquiteto sobre a prática do TFG, situando a problemática envolvida na resolução de conflitos sociais brasileiros, muito mais que em complexos problemas tecnológicos de ordem global. Considerando que a Arquitetura e Urbanismo faz parte da área de conhecimento das ciências sociais aplicadas, cabe a ela a interpretação e análise da ciência para solução de problemas humanos. Deste modo, antes de tudo, se faz necessário compreender a multidisciplinariedade que envolve o constructo arquitetônico.

Estas preocupações, percepções e tendências tem levado o corpo docente da escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo a rediscutir o papel do Trabalho Final de Graduação – TFG, enquanto instrumento de formação cujos resultados atinjam níveis socialmente relevantes, e de maior impacto na sociedade contemporânea.

Para melhor compreensão e análise, o trabalho se propõe a analisar a natureza/elementos, que, instigam os discentes de uma Universidade da região norte do Estado do Rio Grande do Sul – Universidade de Passo Fundo, na construção dos seus TFGs. Os dados serão comparados à proposta formativa curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O critério da escolha para o estudo comparativo se consubstancia no fato de ser o curso mais antigo do Brasil, e, por décadas, servir positivamente como parâmetro para a construção dos currículos mínimos nas universidades do país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ano de 2016, o número de arquitetos no Brasil chegou a mais de 143.000, sendo mais de 60% destes profissionais com idade inferior a quarenta anos. Um terço dos Arquitetos e Urbanistas existentes registraram-se nos últimos cinco anos (de 2012 em diante). A maioria destes profissionais (62,5%) são mulheres. Cerca de 55% destes profissionais atuam na região sudeste, seguido de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. (ANUÁRIO AU, 2017, p.12).

Neste cenário, encontramos quase a totalidade de sua atividade dentro de apenas um campo de atuação profissional, o de concepção e execução de projetos. Esta situação evidencia-se ao vislumbramos o universo de anotações de responsabilidade técnica efetuados pelos Arquitetos e Urbanistas. Do total de 1,4 milhões de registro de responsabilidade técnica (RRT) emitidos em todo o país no ano de 2016, 53,2% representam atividades relacionadas a projeto, 32% a atividades de execução, seguidas das atividades especiais com um total de 10,7%. Quando as atividades de projeto e execução são somadas, temos 85% das atividades registradas pelos profissionais. Áreas como ensino e pesquisa, meio ambiente e gestão não chegam a 5% do total de atividades executadas pelos Arquitetos e Urbanistas. (ANUÁRIO AU, 2017, p.17).

A constatação - área de projeto e execução sendo a principal fonte de renda destes profissionais, implica em que as escolas questionem seu posicionamento quanto à formação de seus egressos predominantemente para este campo de trabalho, contrariando, de certa forma, o que promove a Diretriz Curricular Nacional e, as necessidades de caráter social e sustentabilidade mais premente na atualidade. Neste sentido, o Trabalho Final de Graduação (TFG) torna-se uma importante ferramenta de trabalho no processo formativo dos alunos de Arquitetura e Urbanismo; uma função formativa de alto nível capaz de construir o desejado equilíbrio entre os conhecimentos adquiridos durante os anos de estudo e sua prática profissional. De acordo com a Diretriz Curricular Nacional para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, o TFG é “componente curricular obrigatório e realizado ao longo do último ano de estudos, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa” (DCN,2010, p.04).

No campo do projeto, a responsabilidade do arquiteto torna-se instrumento fundamental para tomada de posicionamento. Como destaca o Arquiteto e Urbanista italiano Renzo Piano: “O ofício do arquiteto é muito delicado e perigoso, não só para quem o pratica, mas também – e talvez sobretudo – para os outros. O ofício de arquiteto é terrível, já dissemos: quando você comete erros, impõe uma *full immersion* em um mundo equivocado, que você constrói para milhares e às vezes milhões de pessoas, e por um tempo longo, quase sempre longuíssimo.

Um ofício realmente delicado e perigoso” (PIANO, 2011, p.79). Esta preocupação levantada pelo famoso arquiteto italiano, reverbera diretamente nos trabalhos de TFG, uma vez que apresentam a síntese do que significa o pensamento (projeto) destes ambientes construídos. Por um lado, a perseguição incessante pela glória, que alimenta diretamente o sonho dos jovens profissionais. De outro, o dever social, característico das sociedades democráticas, onde o conhecimento também gera responsabilidade individual com seu entorno.

O entendimento se assenta nas grandes transformações vividas pela arquitetura, principalmente no que diz respeito ao seu método conceitual e forma de trabalho. Saímos da produção artesanal do arquiteto, onde a mesa de desenho era seu escudo e base para desenvolver suas ideias em papel manteiga, para um arquiteto que vive intensamente a quarta revolução industrial numa velocidade antes jamais imaginada. Da mesa ao seu notebook, através de *softwares* inteligentes e interligados com todo o conjunto de informação disponível através da internet, em menos de 30 anos esta nova realidade desafia os profissionais e fundamentalmente, os profissionais docentes da área. A arquitetura, hoje, está inserida em uma estrutura globalizada; uma transformação da prevalência do capital industrial do século XX para uma nova fase do capitalismo, o capital fictício (ARANTES, 2012). Aos poucos o dinheiro físico vai sendo substituído pelo digital.

No mesmo contexto, adiciona-se ao constructo arquitetônico as grandes revoluções industriais que ocorreram ao longo da história. Partimos da compreensão da mecânica clássica, ao uso da eletricidade, chegando até a automação, e hoje, desenvolvemos o conceito de indústria 4.0, que se caracteriza, essencialmente, por um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico. (ABDI, 2018, p. 02)

Com transformações tão profundas, é compreensivo que a arquitetura tenha tomado várias direções, até mesmo opostas entre si. De um lado, uma arquitetura desenvolvida para o capital financeiro, centrada nas grandes empresas de arquitetura, que participam dos grandes concursos, movimentam o debate cultural, escrevem, induzem campanhas publicitárias e são divulgadas mundialmente em revistas de arquitetura. O tipo de valorização destas obras foge ao senso comum do mercado imobiliário *stricto sensu*, no geral elas não são produzidas para venda direta, seu valor de uso se dá pela representação e distinção, elas se tornam símbolos de algo, uma marca. Estas obras certamente ocupam o imaginário dos profissionais, e sobretudo, dos estudantes de arquitetura, como modelos a seguir (ARANTES, 2012, p.18).

Na contramão do objeto-fim, encontra-se a arquitetura reativa, onde o caminho que leva a concepção do projeto é mais importante que o projeto acabado, a estrutura se torna menos estática e mais suscetível as dinâmicas sociais. Aqui a arquitetura não pode ser uma unidade homogênea que representa um todo, somente pode ser entendida como uma série de fragmentos que são interligados pela pessoa que os experimenta (DORNBURG, 2002, p.19).

Diante destas múltiplas realidades vividas em um único cenário, temos com maior expressão uma arquitetura voltada para si, estática e monumental, e outra, reativa, dinâmica, social, que olha para fora. Enquanto acontecem paralelamente, ocorrem simultaneamente. Assim sendo, os questionamentos se acentuam: Qual/quais as orientações predominantes nos temas de TFG dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo – UPF/RS e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/RJ.

São desafios complexos que, intrigam os profissionais do ensino, geram debates e discussões calorosas a respeito do posicionamento que se deve tomar. Por um lado, docentes defensores das grandes e complexas obras empenhados na expectativa de preparar o discente para os grandes debates do estado da arte, e, de outro lado, docentes defensores do arquiteto mínimo;

aquele que estará preparado para enfrentar os grandes desafios do seu dia-a-dia na comunidade onde se insere. Estes posicionamentos perpassam o conceito de formação.

Na perspectiva teórica de ZABALZA (2014): formação é conceito chave; refere que é o objetivo central da função universitária. Mais do que isso, refere-se a um tipo de formação que constitui um recurso essencial para o desenvolvimento pessoal e social. Com propriedade, o autor mencionado assinala uma reflexão; um questionamento que a princípio parece ter pouco significado, todavia, se tomado na sua completude, provoca muitas preocupações. Trata-se da consideração temporal da formação que uma universidade pode oferecer. “Formação apenas para o futuro (formar futuros profissionais) ou também para o presente (formar jovens para lidar com questões que melhorem sua atual compreensão do mundo e a forma de encarar seu projeto de vida?” (P. 68).

Nesta mesma linha, ZABALZA (2014), enfatiza alguns elementos formativos dentre os quais estão os trabalhos finais de graduação – TFGs; mais do que isso, Zabalza estabelece reflexões com relação ao currículo e competências docentes. Reitera que o desenvolvimento de um currículo valioso não é suficiente para garantir a sua qualidade. Compõem um traço de qualidade sobre o qual os docentes podem acordar ou não, e dependendo do posicionamento colegiado, pode não passar de um discurso, de uma declaração retórica.

Sendo assim, a prática do aluno dentro da universidade, no seu desafio mais complexo, o seu TFG, complexo tanto pelo tempo de dedicação, como por supervisão específica, assim como por defesa pública, além do já difícil processo arquitetônico, se posiciona como o momento crucial da escola para a lapidação mais importante de seu posicionamento e construção do futuro profissional.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo e comparativo compreendido como “educação comparada” numa abordagem sócio histórica onde perspectivas de pesquisa são centradas sobre a materialidade dos fatos educativos e também sobre as comunidades discursivas que os descrevem, os interpretam e os localizam em um dado espaço histórico (MOROSINI, 2003, p 375.).

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: OS TFGS NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF) E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

No calor dos posicionamentos docentes a respeito do tema, o Trabalho Final de Graduação na UPF hoje apresenta uma estrutura própria de funcionamento. O aluno começa a trabalhar em seu TCC na disciplina de Pesquisa Orientada em Arquitetura e Urbanismo, no nono semestre, seguindo após aprovação para o décimo semestre, onde cursa a disciplina de Trabalho Final de Graduação.

A disciplina de Pesquisa Orientada em Arquitetura e Urbanismo (POAU) é pré-requisito do Trabalho Final de Graduação (TFG). O aluno, inicialmente, desenvolve pesquisa sobre o tema, elaboração de programa detalhado, análise do entorno, estudo de alternativa do partido geral arquitetônico ou urbanístico e demais estudos preliminares. A segunda etapa da disciplina é caracterizada pela definição do partido arquitetônico, paisagístico ou urbanístico e pelo desenvolvimento da proposta em nível de estudos preliminares, sob orientação de professor arquiteto indicado pelos professores da disciplina e pela Coordenação do Curso. Além das avaliações intermediárias, ao final dos trabalhos, a avaliação é realizada por meio

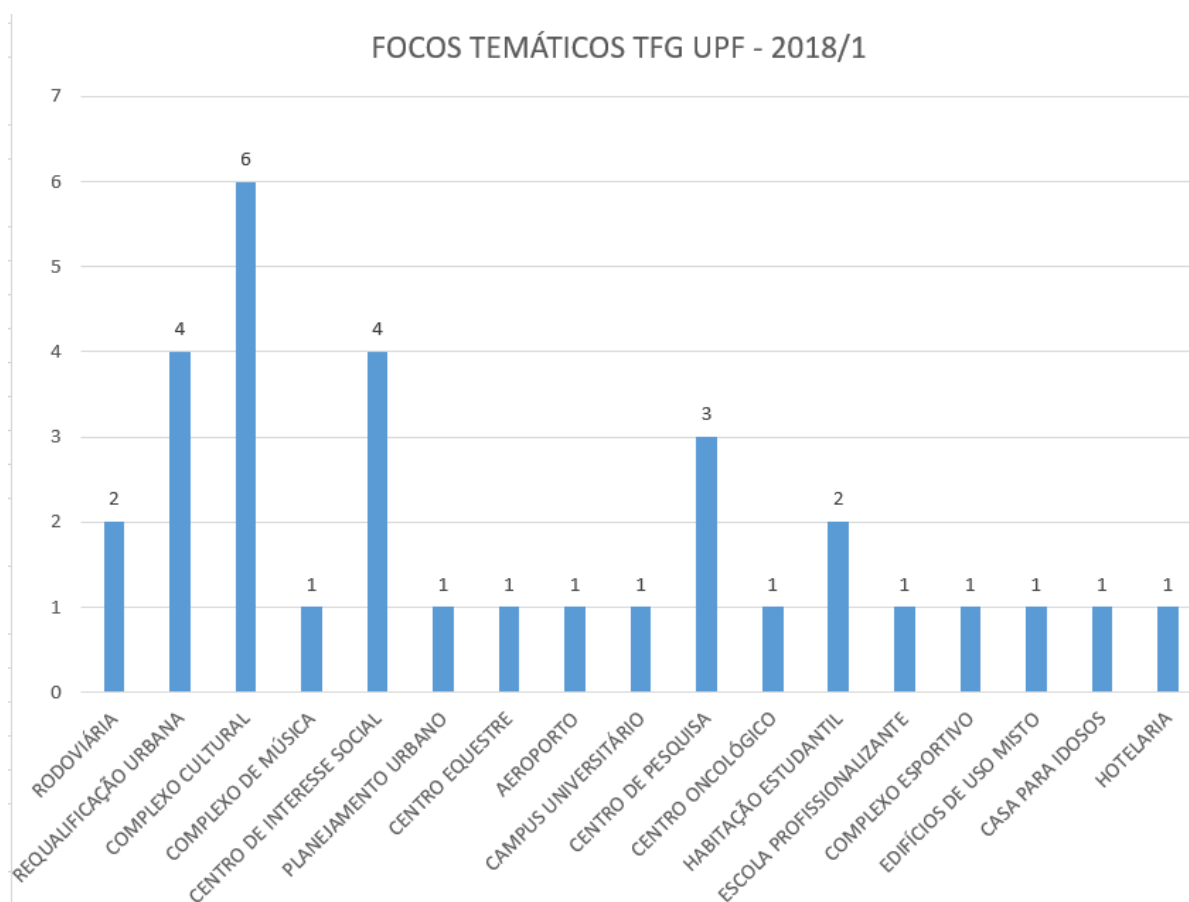
de apresentação e defesa pública, com banca examinadora constituída por docentes do curso, conforme exigências das diretrizes curriculares. (PPC, 2016, p.103)

A disciplina Trabalho Final de Graduação é realizada após o aluno ter concluído as demais disciplinas do currículo, sendo supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, iniciado na disciplina de Pesquisa Orientada em Arquitetura e Urbanismo. O acadêmico segue o desenvolvimento do seu trabalho final caracterizado pelo anteprojeto arquitetônico, urbanístico ou paisagístico, lançamento de projetos complementares ou projeto executivo, conforme abrangência da proposta. Além das avaliações intermediárias, ao final dos trabalhos, a avaliação é realizada por meio de apresentação e defesa pública, com banca examinadora constituída por docentes do curso e por um membro externo convidado, Arquiteto e Urbanista de outra instituição de ensino superior, conforme exigências das diretrizes curriculares. (PPC, 2016, p.104)

Os temas são escolhidos pelos alunos, e recebem autorização por parte dos orientadores para o seu desenvolvimento, geralmente dimensionando o grau de complexidade da proposta e onde deseja-se chegar com o trabalho.

O gráfico 01 abaixo mostra o foco temático dos trabalhos realizados e apresentados pelos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo no primeiro semestre de 2018.

Gráfico 1 – Focos temáticos dos TFGs apresentados no primeiro semestre de 2018 na UPF



Fonte: do autor

O gráfico acima mostra um número maior de trabalhos desenvolvidos dentro do tema de complexo cultural, seguido de requalificação urbana e centro de interesse social. São temas

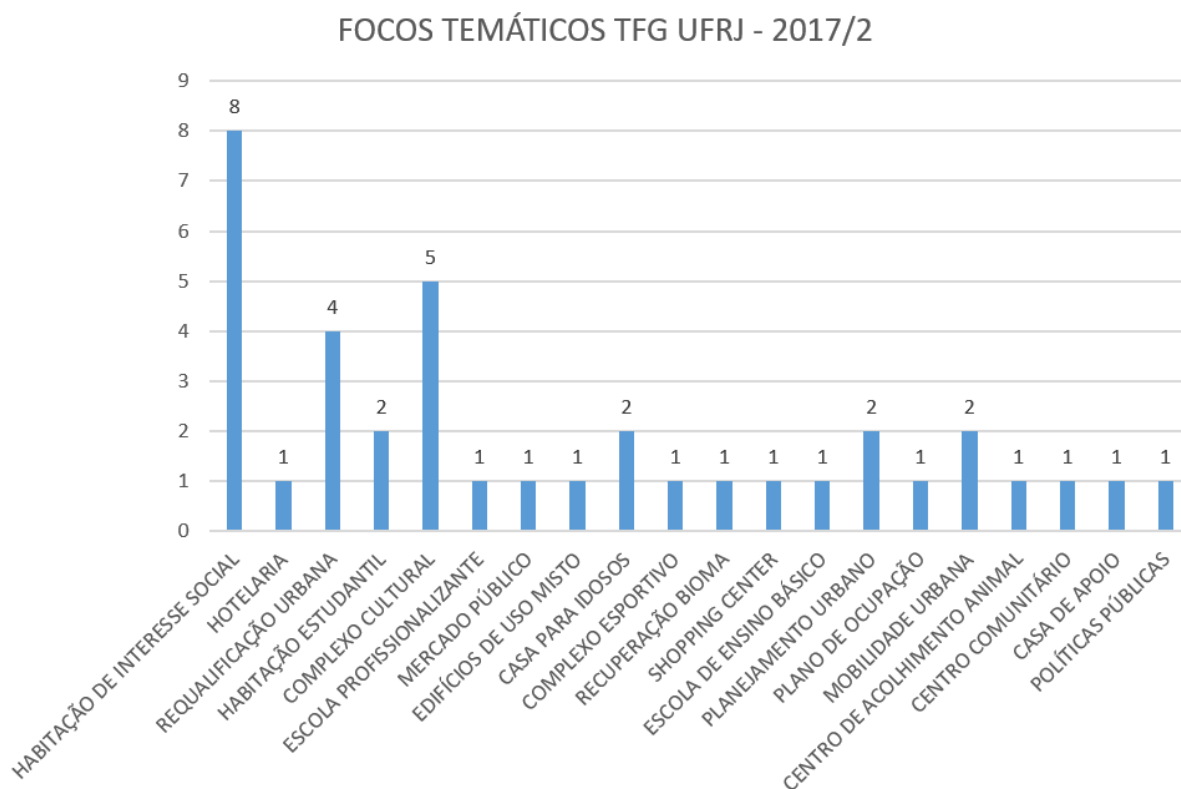
que exigem complexidade programática e tecnológica, buscando a discussão do estado da arte. Temáticas que envolvam problemas regionais de média ou baixa complexidade arquitetônica não aparecem com frequência, sendo travados muitas vezes pelos próprios orientadores.

Existe a predisposição tanto por parte dos alunos, quanto dos professores, em desenvolverem temas inspirados nas obras dos arquitetos e urbanistas famosos, capazes de vender não apenas a arquitetura, mas uma marca. Esta talvez seja consequência do elevado número de profissionais liberais que trabalham dentro do curso, e, competem com seus escritórios por espaço no mercado regional e estadual.

Temas comuns na região, como edifício residencial em altura, projeto de reforma de interiores ou projeto residencial não aparecem entre os trabalhos desenvolvidos, alguns por serem tema de disciplinas anteriores, outros por não apresentar, segundo critérios do curso, complexidade suficiente para um trabalho final de graduação.

Para efeitos comparativos, o gráfico 02 abaixo apresenta o foco temático dos trabalhos realizados e apresentados pelos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2017.

Gráfico 2 – Focos temáticos dos TFGs apresentados no segundo semestre de 2017 na UFRJ



Fonte: do autor

Quando observamos os trabalhos apresentados na UFRJ em 2017/2, notamos que o tema de habitação de interesse social aparece na grande maioria das propostas, contrastando com os trabalhos da UPF, onde não aparece nenhum. Complexo cultural continua sendo, assim como na UPF, tema da grande maioria dos trabalhos na UFRJ, assim como requalificação urbana, revelando que, de modo geral, os trabalhos desenvolvidos nas duas universidades apresentam a mesma trama programática e de complexidade; todavia, enquanto a UFRJ direciona seu

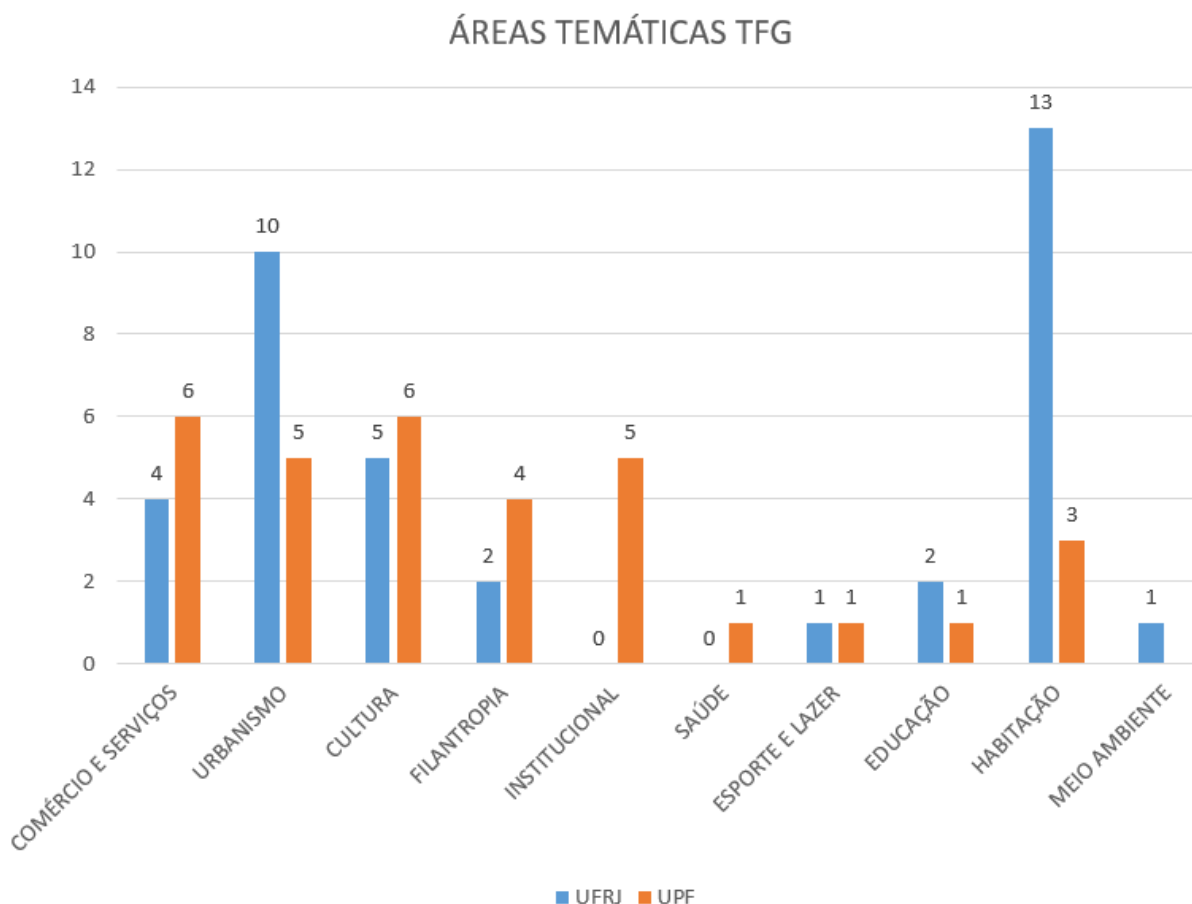
posicionamento para questões relevantes socialmente, a UPF tende a adentrar num posicionamento, aparentemente não tão identificado com esta mesma linha.

Enquanto na UFRJ os trabalhos de interesse social se voltam para o problema da habitação, na UPF eles estão voltados para centros de tratamento ou apoio, num enfoque mais institucional. Esta diferença pode resultar das contrastantes realidades impostas aos alunos quando analisados as condicionantes regionais. A cidade do Rio de Janeiro apresenta graves problemas de habitação, provavelmente vivenciados dia-a-dia por vários alunos que ali estudam e se formam. A cidade de Passo Fundo apresenta também problemas na infraestrutura habitacional, mas em escala muito menor, portanto, com impacto reduzido na percepção discente.

Contudo, o tema complexo cultural, continua sem uma provável relação de causa e efeito social, um resultado de escolha que talvez ocorra em função da fluidez programática e formal, que permite ao aluno explorar o estado da arte, em busca de inovações relacionadas a programa, forma e tecnologia.

Com vistas a aprofundar o exposto, o gráfico 03 abaixo mostra de forma mais geral, o comparativo das áreas temáticas apresentadas nos TFGs da UPF no primeiro semestre de 2018 e da UFRJ no segundo semestre de 2017.

Gráfico 3 – Áreas temáticas dos TFGs apresentados na UPF e na UFRJ



Fonte: do autor

Ao analisar o gráfico acima, constata-se que os TFGs da UFRJ se concentram na área de habitação e urbanismo, enquanto na UPF existe uma concentração nas áreas de comércio e

serviços e institucional. Focos completamente distintos entre as duas escolas de Arquitetura e Urbanismo.

Os alunos da UPF claramente estão mais envolvidos em temas que giram em torno do grande capital financeiro, enquanto os alunos da UFRJ estão imersos em temas que envolvem as problemáticas sociais da cidade.

Percebe-se que não existe uma única maneira de se pensar Arquitetura e Urbanismo. As duas escolas analisadas mostram que existem semelhanças e diferenças na consolidação do perfil profissional a formar.

Os posicionamentos parecem claros sob o ponto de vista prático, no desenvolvimento dos temas, quando o assunto é escolher o perfil a ser trabalhado dentro do TFG. O curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF constrói o perfil com base nas ideias da renda da forma, explicitadas no início do artigo, elencando temas de grande complexidade tecnológica e formal. O curso da UFRJ parece caminhar no sentido oposto, buscando nos temas formar profissionais preocupados com a problemática social local, na construção de uma arquitetura reativa.

Os temas abordados sinalizam também que apesar dos diferentes enfoques dados pelas escolas, existe uma gama de alunos em ambas que perpassa os posicionamentos, não estando nem para a arquitetura das estrelas, nem para a arquitetura social, desenvolvendo uma arquitetura *standard*, um padrão que não desafia o modelo apresentado hoje nas cidades.

Chama atenção que a complexidade tecnológica e formal é ponto de confluência em ambas as escolas; na UFRJ esta complexidade parece alavancar resultados para grandes questões sociais e na UPF ele é ponto de partida para resultados que talvez estejam mais a serviço de interesses de grupos específicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os posicionamentos que as escolas de arquitetura podem ou devem ensinar é um dos desafios deste século. Acreditamos que, um posicionamento da escola, colegiado e docente pode ser empreendido no processo de escolha do tema de TFG; se por um lado temos escolas e professores que valorizam a arquitetura voltada ao grande capital financeiro, por outro, temos escolas e professores construindo uma arquitetura conectada com seu entorno cultural e movimentos sociais e artísticos. Ao que tudo indica, existem orientações que talvez sejam absolutamente necessárias; outras, desejadas e, aquelas que provavelmente tem a conotação de ocupar o lugar das “mais incomodativas”, ou seja, irreversíveis.

Uma discussão mais aprofundada que permeia os caminhos da Arquitetura e Urbanismo se faz necessária, discutindo com os autores da construção do profissional, qual o objetivo da Arquitetura e Urbanismo.

O desenvolvimento de projetos que garantam a renda ao mesmo tempo que contribuam para a melhoria do ambiente construído parece ser o caminho lógico a ser desenvolvido dentro dos temas de Trabalho Final de Graduação, afinal de contas, uma arquitetura que gera renda, mas não melhora seu entorno, ou uma arquitetura que melhora seu entorno, mas não gera renda, não satisfazem as condicionantes do profissional.

Neste sentido, também é sensato pensar, que a função formativa curricular do TFG merece um estudo para além das escolhas dos alunos; implica em uma ruptura com esta visão simplista e reducionista entre escolher esta ou aquela posição. Uma escola não deve trabalhar apenas com temas que fortaleçam a arquitetura estrela ou a arquitetura social, mas sim, encontrar em cada aluno, sua potencialidade de trabalho, permitindo que ambos os lados

possam, no decorrer do tempo, encontrar um denominador comum entre o desenvolvimento de uma arquitetura com inovação formal e tecnológica, e uma arquitetura que reage aos problemas sociais e culturais onde se insere.

Constituir um processo formativo através do TFG é um desafio; para além de um mero instrumento de trabalho, ele é um elemento formativo constitutivo central no processo de formação do aluno que convém identificar, avaliar e dissecar. Aspectos como inovação, criação e compromisso social devem fazer parte da resolução dos conflitos encontrados no ambiente construído tanto quanto o grau de empregabilidade deste profissional.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo, Editora 34, 2012.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (ANUÁRIO AU, 2017). **Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2016**. Ano 1, volume 1. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/anuario-de-arquitetura-e-urbanismo-traz-dados-ineditos-sobre-profissao/>. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU DCN, 2014, p.01). **CAU/BR aprova proposta de alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/caubr-aprova-proposta-de-alteracao-das-diretrizes-curriculares-nacionais/>. Acessado em: 09 de dezembro de 2017.

DORNBURG, Julia Schulz. **Arte e Arquitetura: novas afinidades**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (DCN, 2010). **Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 28 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (ABDI, 2018). **Agenda brasileira para a indústria 4.0**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.industria40.gov.br/>. Acessado em: 07 de julho de 2018.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia da Pedagogia Universitária**. FAPERGS/RIES, 2003.

PIANO, Renzo. **A responsabilidade do Arquiteto. Renzo Piano; conversas com Renzo Cassigoli**. São Paulo, BEI comunicação, 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC, 2016). **Plano Pedagógico de curso – PPC: Arquitetura e Urbanismo**. UPF. Passo Fundo, 2016. Disponível em: com autor. Visto em 08 de junho de 2018.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC, 2006). **Plano Pedagógico de curso – PPC: Arquitetura e Urbanismo**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www2.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/05/FAU_Projeto_pedagogico_2006.pdf. Visto em: 28 de junho de 2018.

SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre, ed. Artmed, 2000.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. 1 ed., São Paulo: Cortez, 2014.